

Quem somos?

● O Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI) constituiu-se na Conferência Mundial de Mumbai (Índia) que juntou, entre os dias 19 e 21 de Novembro de 2016, delegados de 28 países.

● O COI constituiu-se com base no Manifesto de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, manifesto que teve a adesão de militantes operários e responsáveis de organizações políticas e sindicais de 46 países (*)

● O Comité de Acompanhamento é composto por militantes operários de todas as tendências:

Innocent Assogba (Benim)
Alan Benjamin (Estados Unidos)
Colia Clarke (Estados Unidos)
Constantin Cretan (Roménia)
Berthony Dupont (Haiti)
Ney Ferreira (Brasil)
Daniel Gluckstein (França)
Rubina Jamil (Paquistão)
Apo Leung (China)
Gloria Gracida (México)
M. A. Patil (Índia)
Mandlenkosi Phangwa (Azânia)
Klaus Schüller (Alemanha)
Jung Sikhwa (Coreia)
John Sweeney (Grã-Bretanha)
Mark Vassilev (Rússia)
Nambiath Vasudevan (Índia)

(*) Afeganistão, Azânia, Alemanha, Argentina, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Burundi, Canadá, Chile, China, Coreia, Costa do Marfim, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Irlanda, Islândia, Itália, Mali, México, Paquistão, Peru, Portugal, República Checa, Roménia, Ruanda, Rússia, Senegal, Suécia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Venezuela, Zimbábwe.

HUNGRIA

Mobilização histórica dos professores, jovens e pais de alunos

Seis meses passados sobre as eleições locais, está em curso um enorme movimento, que mobiliza 30 a 40 mil professores, juntamente com os estudantes e encarregados de educação. Em simultâneo, decorre uma importante greve dos trabalhadores da limpeza.

Há anos que os professores reclamam aumentos de salários. O seus salários são muito inferiores ao salário médio das outras profissões intelectuais. Os professores reivindicam igualmente o direito à greve (que lhes foi consideravelmente restringido), um melhoramento das condições de trabalho e, consequentemente, o melhoramento da qualidade do ensino público.

Entre centenas de iniciativas, citemos a carta aberta de um professor aos pais dos seus alunos: *“Não estamos a lutar por nós, mas pelos vossos filhos. Se fosse só por uma questão de dinheiro, não nos teríamos metido no ensino, íamos trabalhar como caixeiros de hiper-mercado. Estamos em greve porque vemos que os vossos filhos não recebem uma instrução como deve ser. Este sistema não é bom para eles.”*

Sob a pressão de milhares de professores que comungam deste estado de espírito, os dirigentes dos dois maiores sindicatos de professores, o PSZ e PDSZ, começam a recobrar a razão, após longo período de letargia e inacção. Propuseram que se constituísse um comité de greve o mais rapidamente possível.

Recusando-se a negociar com os sindi-

catos, o representante do governo declarou: *“O governo aguarda que a Comissão Europeia tome uma decisão sobre o financiamento do aumento de salários.”* Retórica demagógica clássica do regime de Viktor Orbán, sempre pronto a denunciar a Comissão Europeia... cuja política anti-operária aplica, não obstante, à letra. O comité de greve recusou, pela sua parte, o argumento, afirmando que o governo pode pagar aumentos substanciais de salários imediatamente, do orçamento do Estado, o que é, segundo o comité de greve, a única coisa a fazer. O comité denuncia como “inaceitável” a propaganda do governo de que *“a esquerda e Bruxelas bloqueiam os aumentos de salários dos trabalhadores do ensino.”*

Os dois sindicatos chamam igualmente a atenção para os gravíssimos problemas da educação, pedindo soluções a mais longo prazo, nomeadamente acabar com a penúria de professores, reduzir a carga de trabalho, rever os programas nacionais, modernizar o ensino público, etc.

O despedimento de vários professores, no final de Setembro, por motivo de “greve ilegal”, levou os alunos a apoiar em massa os seus professores. Há também confederações sindicais que apoiam o movimento dos professores. Os jovens manifestaram-se, com amplo apoio popular, no dia 5 de Outubro, mostrando que não fazem tenções de deixar as autoridades actuais espezinhare o seu futuro. ■

Judit Somi

Por trás da guerra... a guerra do gás

Artigo de *La Tribune des travailleurs* (França) de 12 de Outubro

Oito dias antes da invasão de Ucrânia, em 16 de Fevereiro de 2022, *La Tribune des travailleurs* publicou uma contribuição do activista anti-guerra americano Jack Rasmus, intitulada: “Dez razões por que os EUA queriam que a Rússia invadisse a Ucrânia.” Entre estas razões, Rasmus mencionava a guerra do gás: “O gás russo é muito mais barato do que o gás natural comprado aos EUA. Durante anos, os EUA têm vindo a pressionar a Alemanha para parar o projecto Nordstream 2 e comprar gás natural liquefeito aos EUA a preços mais elevados. (...) As companhias petrolíferas americanas querem vender o gás que têm, a fim de eliminar o excesso de oferta nos EUA. Isto não só para terem lucro, vendendo mais à Alemanha, mas também para criar escassez de oferta nos EUA, o que permitiria às empresas americanas aumentar os seus preços no mercado interno dos EUA.”

Sete meses depois, qual é a situação? As sanções contra a Rússia e os actos de sabotagem contra os gasodutos Nordstream 1 e 2 secaram significativamente os fluxos de gás russo para a Europa. A Agência Internacional de Energia (IEA) dá disso nota: “O corte do gás russo em resposta às sanções contra Moscovo desde que

começou a invasão da Ucrânia fez subir os preços nos mercados mundiais e levou os europeus a procurarem abastecimento noutras fontes, através da importação de quantidades maciças de gás natural liquefeito (GNL), nomeadamente o americano” (Agence France-Presse, 3 de Outubro).

O problema: “Estão os EUA a cobrar preços indecentes no mercado do gás? Sim, acha Berlim. O ministro alemão da economia lamentou na quarta-feira os preços “astronómicos” exigidos pelos países “amigos” da Alemanha, com os Estados Unidos à cabeça, para fornecerem o gás necessário para compensar o fim das entregas russas (...). O país, tal como o resto do continente como um todo, voltou-se mormente para os Estados Unidos, cuja quota-parte das importações europeias de GNL aumentou de 28% para 45% entre 2021 e 2022” (Agence France-Presse, 5 de Outubro).

Mas como o infortúnio de uns – os capitalistas europeus, especialmente os alemães, que não deixarão de passar a factura aos trabalhadores para eles a pagarem – faz a fortuna de outros, os capitalistas dos Estados Unidos estão assim a abrir para si um mercado imenso. Mercado ontem ain-

da inesperado, visto que o GNL deriva do gás de xisto, que é extremamente poluente: “O gás natural liquefeito tem, efectivamente, uma pegada de carbono muito pior do que a do gás fornecido por gasoduto. Emite em média 2,5 vezes mais CO₂, segundo um estudo levado a cabo pela consultoria Carbone 4. As razões prendem-se quer com o transporte, quer com a distância dos depósitos quer com o modo de extracção” (La Croix, 16 de Abril de 2022).

Os mesmos que nos passam a vida a dar lições sobre o ambiente esquecem-se de repente dos belos discursos quando está em jogo o lucro! Para os capitalistas dos Estados Unidos, “aliciados pelo forte aumento da procura europeia e apesar das incertezas a longo prazo, os produtores americanos estão a investir a todo o gás em novas infra-estruturas. Três grandes projectos em construção na costa do Golfo do México deverão aumentar em mais de 50% as capacidades americanas até 2027” (Les Échos, 4 de Outubro). Que importa a poluição, a guerra e a “sobriedade energética” (para os trabalhadores), contanto que os lucros de Wall Street fiquem garantidos! ■

Jean Alain